



**PROGRAMA DE CONCURSO PÚBLICO**

**Acordo Quadro para o fornecimento de eletricidade em regime de mercado  
livre para Portugal Continental**

## ÍNDICE

CAPÍTULO I OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO .....	3
Artigo 1.º Identificação e objeto do concurso .....	3
Artigo 2.º Entidade pública adjudicante .....	3
Artigo 3.º Órgão que tomou a decisão de contratar .....	4
CAPÍTULO II APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	4
Artigo 4.º Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento .....	4
Artigo 5.º Erros e omissões do caderno de encargos .....	4
Artigo 6.º Prazo para a apresentação das propostas .....	4
Artigo 7.º Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas .....	5
Artigo 8.º Documentos que constituem as propostas .....	5
Artigo 9.º Apresentação de propostas variantes .....	6
Artigo 10.º Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas.....	6
CAPÍTULO III ANÁLISE DAS PROPOSTAS .....	6
Artigo 11.º Critério de adjudicação .....	6
Artigo 12.º Número de propostas a adjudicar .....	12
Artigo 13.º Leilão eletrónico .....	12
Artigo 14.º Relatório preliminar de análise das propostas .....	12
Artigo 15.º Audiência prévia .....	12
Artigo 16.º Relatório final de análise das propostas .....	12
CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO.....	12
Artigo 17.º Notificação da decisão de adjudicação.....	12
Artigo 18.º Documentos de habilitação .....	13
CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GENÉRICAS.....	14
Artigo 19.º Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças .....	14
Artigo 20.º Assinatura eletrónica .....	14
Artigo 21.º Apoio técnico referente à plataforma eletrónica .....	15
Artigo 22.º Agrupamentos .....	15
Artigo 23.º Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro .....	15

## **CAPÍTULO I**

### **OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO**

#### **Artigo 1.º**

##### **Identificação e objeto do concurso**

- 1 - O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por “Acordo quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental”.
- 2 - O presente procedimento tem como objeto a seleção de cocontratantes para fornecimento de energia elétrica em regime de mercado livre para Portugal Continental.
- 3 - O procedimento compreende os seguintes lotes:
  - a) Lote 1 - Baixa Tensão Normal (BTN)  $\leq$  20,7 kVA;
  - b) Lote 2 - Baixa Tensão Normal (BTN)  $>$  20,7 kVA;
  - c) Lote 3 - Baixa Tensão Especial (BTE);
  - d) Lote 4 - Média Tensão (MT);
  - e) Lote 5 - Alta Tensão (AT);
  - f) Lote 6 - Muito Alta Tensão (MAT);
  - g) Lote 7 - Iluminação Pública (IP, que inclui BTN+BTE);
  - h) Lote 8 - Agregado (BTN, BTE, MT, AT, MAT, IP).
- 4 - O acordo quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os cocontratantes e a eSPap, Unidades Ministeriais de Compras (UMC), entidades compradoras vinculadas e voluntárias, tal como definidas no Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.

#### **Artigo 2.º**

##### **Entidade pública adjudicante**

A entidade pública adjudicante é a eSPap, com sede na Av. Leite de Vasconcelos, nº 2, 2614-502 Amadora, com o endereço eletrónico [contacto@epap.pt](mailto:contacto@epap.pt), na qualidade de entidade gestora do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP), ao qual se encontram vinculados os serviços da administração direta do Estado e os institutos públicos, sendo voluntária a adesão das entidades da administração autónoma e do setor empresarial público, nos termos definidos no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, na sua redação atual.

### **Artigo 3.º**

#### **Órgão que tomou a decisão de contratar**

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho Diretivo da eSPap a 21/07/2015.

## **CAPÍTULO II**

### **APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 4.º**

##### **Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento**

- 1 - Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Júri, devendo os interessados enviar os seus pedidos de esclarecimento através da plataforma até ao dia 10/08/2015.
- 2 - Os esclarecimentos referidos no número anterior serão prestados até ao dia 28/08/2015.
- 3 - O Júri do concurso pode proceder à retificação das peças do concurso até ao dia referido no número anterior.
- 4 - Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

#### **Artigo 5.º**

##### **Erros e omissões do caderno de encargos**

Até ao dia 06/09/2015 os interessados podem apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados no caderno de encargos, nos termos do artigo 61º do CCP.

#### **Artigo 6.º**

##### **Prazo para a apresentação das propostas**

- 1 - As propostas devem ser apresentadas na plataforma até ao dia 15/09/2015.
- 2 - A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo do envio.
- 3 - Os concorrentes devem prever o tempo necessário para a inserção dos documentos, bem como para a sua assinatura eletrónica qualificada, em função do tipo de acesso à internet de que dispõem, uma vez que só são admitidas a concurso as propostas que tenham sido assinadas e recebidas até à data referida no n.º 1 do presente artigo.
- 4 - Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

### **Artigo 7.º**

#### **Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas**

- 1 - O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
- 2 - Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
- 3 - O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
- 4 - Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 do presente artigo.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentos que constituem as propostas**

- 1 - As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
  - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I que deve ser enviada em ficheiro com a designação “AnexoI\_[designação\_empresa].pdf”;
  - b) Declaração na qual indique os dados de informação geral do concorrente e os lotes a que concorre, utilizando o formulário constante do anexo II, que deve ser enviado num ficheiro com a designação “AnexoII\_[designação\_concorrente].xls”
  - c) Proposta de preço elaborada em conformidade com o anexo III, que deve ser enviada num ficheiro com a designação “AnexoIII\_[designação\_concorrente].xls”;
  - d) Documento que indique o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos e situação prevista no n.º 3 do artigo 20.º;
  - e) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para sua consulta online.
- 2 - Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em português.
- 3 - Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração e a proposta de preço referidas nas alíneas a) e c) do n.º 1 devem ser assinadas pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo

representante comum, devem ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

- 4 - Os documentos indicados nas alíneas d) e e) do n.º 1 podem ser apresentados noutra língua que não o português, desde que acompanhados de tradução devidamente legalizada.

#### **Artigo 9.º**

##### **Apresentação de propostas variantes**

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

#### **Artigo 10.º**

##### **Prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas**

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 dias.

### **CAPÍTULO III**

#### **ANÁLISE DAS PROPOSTAS**

#### **Artigo 11.º**

##### **Critério de adjudicação**

- 1 - A adjudicação será feita segundo o critério do mais baixo preço.
- 2 - Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas de mais baixo preço são as que apresentem menor pontuação final de acordo com o disposto nos n.ºs 5 e seguintes do presente artigo, para cada um dos lotes.
- 3 - Os concorrentes devem apresentar preços unitários para a venda de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental [PEA-Preço de energia ativa (€/kWh)] preenchendo os Anexos III.1, III.2, III.3, III.4, III.5, III.6, III.7 e III.8, do presente programa de concurso.
- 4 - Para efeitos do disposto do número anterior e para a pontuação final da proposta não serão consideradas as tarifas de acesso às redes (TAR), IVA, taxa de exploração DGEG, Contribuição Audiovisual (CAV), imposto elétrico e outros impostos, taxas ou encargos.
- 5 - A pontuação das propostas para o lote 1 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V1 = (0,3333 \times PEA1) + [(0,1328 \times PEA2) + (0,2006 \times PEA3)] + [(0,1643 \times PEA4) + (0,0600 \times PEA5) + (0,1090 \times PEA6)]$$

Em que:

PEA1 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa simples, todas as horas

PEA2 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa bi-horário, horas de vazio

**Programa de concurso** – Concurso Público para a celebração de Acordo Quadro para fornecimento de eletricidade em regime de mercado livre para Portugal Continental

PEA3 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq 20,7$  kVA, tarifa bi-horário, horas fora de vazio

PEA4 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq 20,7$  kVA, tarifa tri-horário, horas de cheia

PEA5 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq 20,7$  kVA, tarifa tri-horário, horas de ponta

PEA6 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq 20,7$  kVA, tarifa tri-horário, horas de vazio

6 - A pontuação das propostas para o lote 2 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V2 = (0,4929 \times PEA7) + (0,1801 \times PEA8) + (0,3270 \times PEA9)$$

Em que:

PEA7 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $> 20,7$  kVA, tarifa tri-horário, horas de cheia

PEA8 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $> 20,7$  kVA, tarifa tri-horário, horas de ponta

PEA9 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $> 20,7$  kVA, tarifa bi-horário, horas de vazio

7 - A pontuação das propostas para o lote 3 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V3 = (0,0986 \times PEA10) + (0,2534 \times PEA11) + (0,0917 \times PEA12) + (0,0563 \times PEA13) \\ + (0,0700 \times PEA14) + (0,2420 \times PEA15) + (0,1269 \times PEA16) \\ + (0,0611 \times PEA17)$$

Em que:

PEA10 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de ponta

PEA11 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de cheia

PEA12 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de vazio normal

PEA13 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de super vazio

PEA14 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de ponta

PEA15 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de cheia

PEA16 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de vazio normal

PEA17 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de super vazio

8 - A pontuação das propostas para o lote 4 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V4 = (0,1476 \times PEA18) + (0,4991 \times PEA19) + (0,2266 \times PEA20) + (0,1267 \times PEA21)$$

Em que:

PEA18 - Preço de energia ativa em MT, horas de ponta

PEA19 - Preço de energia ativa em MT, horas de cheia

PEA20 - Preço de energia ativa em MT, horas de vazio normal

PEA21 - Preço de energia ativa em MT, horas de super vazio

9 - A pontuação das propostas para o lote 5 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V5 = (0,1076 \times PEA22) + (0,4298 \times PEA23) + (0,2944 \times PEA24) + (0,1682 \times PEA25)$$

Em que:

PEA22 - Preço de energia ativa em AT, horas de ponta

PEA23 - Preço de energia ativa em AT, horas de cheia

PEA24 - Preço de energia ativa em AT, horas de vazio normal

PEA25 - Preço de energia ativa em AT, horas de super vazio

10 - A pontuação das propostas para o lote 6 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V6 = (0,0647 \times PEA26) + (0,4345 \times PEA27) + (0,3151 \times PEA28) + (0,1857 \times PEA29)$$

Em que:

PEA26 - Preço de energia ativa em MAT, horas de ponta

PEA27 - Preço de energia ativa em MAT, horas de cheia

PEA28 - Preço de energia ativa em MAT, horas de vazio normal

PEA29 - Preço de energia ativa em MAT, horas de super vazio

11 - A pontuação das propostas para o lote 7 será calculada através da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} V7 = & (0,2500 \times PEA30) + (0,1668 \times PEA31) + (0,0832 \times PEA32) + (0,0680 \times PEA33) \\ & + (0,0152 \times PEA34) + (0,1668 \times PEA35) + (0,0680 \times PEA36) \\ & + (0,0152 \times PEA37) + (0,0818 \times PEA38) + (0,0850 \times PEA39) \end{aligned}$$

Em que:

PEA30 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa simples, todas as horas

PEA31 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa bi-horária, horas vazio

PEA32 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa bi-horária, horas fora de vazio

PEA33 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas cheia

PEA34 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas ponta

PEA35 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas vazio

PEA36 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas ponta



PEA37 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas cheia

PEA38 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas vazio normal

PEA39 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas super vazio

12 - A pontuação das propostas para o lote 8 será calculada através da seguinte fórmula:

$$V8 = (0,074 \times VA1) + (0,010 \times VA2) + (0,131 \times VA3) + (0,419 \times VA4) + (0,105 \times VA5) + (0,017 \times VA6) + (0,244 \times VA7)$$

Em que:

$$VA1 = (0,3333 \times PEA40) + [(0,1328 \times PEA41) + (0,2006 \times PEA42)] + [(0,1643 \times PEA43) + (0,0600 \times PEA44) + (0,1090 \times PEA45)]$$

Em que:

PEA40 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa simples, todas as horas

PEA41 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa bi-horário, horas de vazio

PEA42 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa bi-horário, horas fora de vazio

PEA43 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa tri-horário, horas de cheia

PEA44 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa tri-horário, horas de ponta

PEA45 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $\leq$  20,7 kVA, tarifa tri-horário, horas de vazio

$$VA2 = (0,4929 \times PEA46) + (0,1801 \times PEA47) + (0,3270 \times PEA48)$$

Em que:

PEA46 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $>$  20,7 kVA, tarifa tri-horário, horas de cheia

PEA47 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $>$  20,7 kVA, tarifa tri-horário, horas de ponta

PEA48 - Preço de energia ativa em BTN, potência contratada  $>$  20,7 kVA, tarifa bi-horário, horas de vazio

$$VA3 = (0,0986 \times PEA49) + (0,2534 \times PEA50) + (0,0917 \times PEA51) + (0,0563 \times PEA52) + (0,0700 \times PEA53) + (0,2420 \times PEA54) + (0,1269 \times PEA55) + (0,0611 \times PEA56)$$

Em que:

PEA49 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de ponta

PEA50 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de cheia

PEA51 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de vazio normal

PEA52 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo diário, horas de super vazio

PEA53 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de ponta

PEA54 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de cheia

PEA55 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de vazio normal

PEA56 - Preço de energia ativa em BTE, ciclo semanal sem feriados, horas de super vazio

$$VA4 = (0,1476 \times PEA57) + (0,4991 \times PEA58) + (0,2266 \times PEA59) + (0,1267 \times PEA60)$$

Em que:

PEA57 - Preço de energia ativa em MT, horas de ponta

PEA58 - Preço de energia ativa em MT, horas de cheia

PEA59 - Preço de energia ativa em MT, horas de vazio normal

PEA60 - Preço de energia ativa em MT, horas de super vazio

$$VA5 = (0,1076 \times PEA61) + (0,4298 \times PEA62) + (0,2944 \times PEA63) + (0,1682 \times PEA64)$$

Em que:

PEA61 - Preço de energia ativa em AT, horas de ponta

PEA62 - Preço de energia ativa em AT, horas de cheia

PEA63 - Preço de energia ativa em AT, horas de vazio normal

PEA64 - Preço de energia ativa em AT, horas de super vazio

$$VA6 = (0,0647 \times PEA65) + (0,4345 \times PEA66) + (0,3151 \times PEA67) + (0,1857 \times PEA68)$$

Em que:

PEA65 - Preço de energia ativa em MAT, horas de ponta

PEA66 - Preço de energia ativa em MAT, horas de cheia

PEA67 - Preço de energia ativa em MAT, horas de vazio normal

PEA68 - Preço de energia ativa em MAT, horas de super vazio

$$V7 = (0,2500 \times PEA69) + (0,1668 \times PEA70) + (0,0832 \times PEA71) + (0,0680 \times PEA72) + (0,0152 \times PEA73) + (0,1668 \times PEA74) + (0,0680 \times PEA75) + (0,0152 \times PEA76) + (0,0818 \times PEA77) + (0,0850 \times PEA78)$$

Em que:

- PEA69 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa simples, todas as horas
- PEA70 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa bi-horária, horas vazio
- PEA71 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa bi-horária, horas fora de vazio
- PEA72 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas cheia
- PEA73 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas ponta
- PEA74 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tri-horária, horas vazio
- PEA75 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas ponta
- PEA76 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas cheia
- PEA77 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas vazio normal
- PEA78 - Preço de energia ativa para iluminação pública em BT, tarifa tetra-horária, horas super vazio

13 - Em caso de empate no valor das propostas o desempate será efetuado da seguinte forma:

- a) Lote 1: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA1;
- b) Lote 2: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA7;
- c) Lote 3: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA11;
- d) Lote 4: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA19;
- e) Lote 5: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA23;
- f) Lote 6: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA27;
- g) Lote 7: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA30;
- h) Lote 8: Será adjudicada a proposta com mais baixo preço na componente PEA62;
- i) Subsistindo o empate, será adjudicada a proposta que tenha sido apresentada mais cedo na plataforma eletrónica.

14 - Os preços devem ser apresentados em Euros, com quatro casas decimais, e não incluem IVA.

### **Artigo 12.º**

#### **Número de propostas a adjudicar**

- 1 - Serão adjudicadas, por lote, as 10 melhores propostas, de acordo com o critério de adjudicação previsto no artigo 11.º .
- 2 - Não há lugar a adjudicação quando o número de propostas admitidas e ordenadas seja inferior a 3 por lote.

### **Artigo 13.º**

#### **Leilão eletrónico**

Não há lugar a leilão eletrónico.

### **Artigo 14.º**

#### **Relatório preliminar de análise das propostas**

- 1 - Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
- 2 - No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

### **Artigo 15.º**

#### **Audiência prévia**

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, se pronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 dias úteis.

### **Artigo 16.º**

#### **Relatório final de análise das propostas**

Cumprido o disposto no artigo anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

## **CAPÍTULO IV ADJUDICAÇÃO**

### **Artigo 17.º**

#### **Notificação da decisão de adjudicação**

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

### **Artigo 18.º**

#### **Documentos de habilitação**

- 1 - O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo IV;
  - b) Documentos comprovativos, ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, de que se encontra nas seguintes situações:
    - i - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
    - ii - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
  - c) Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e i) do artigo 55.º do CCP;
  - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta online, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
  - e) Licença emitida pela DGEG que autorize a comercialização de Energia Elétrica em Portugal Continental.
- 2 - Quando o adjudicatário for um agrupamento os documentos referidos no número anterior devem ser entregues por todos os membros que o constituem.
- 3 - Caso sejam detetadas irregularidades nos documentos de habilitação entregues pelo adjudicatário, será concedido um prazo adicional de 5 dias úteis destinado ao seu suprimento.
- 4 - Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, nos termos previstos no artigo 86.º do CCP, o adjudicatário é notificado relativamente ao facto que ocorreu, sendo fixado um prazo de 5 dias para que este se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.
- 5 - Quando o facto a que se refere o número anterior se verifique por causa não imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar, em função das razões

invocadas, notificará o adjudicatário para a apresentação dos documentos em falta, fixando-lhe um prazo adicional de 5 dias para o efeito, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **CAPÍTULO V**

### **DISPOSIÇÕES GENÉRICAS**

#### **Artigo 19.º**

##### **Inscrição na plataforma eletrónica e acesso às peças**

- 1 - A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, designada apenas por plataforma, disponível em <https://concursos.espap.pt/>.
- 2 - O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consulta de todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentação de propostas.
- 3 - O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontrem registadas na plataforma.
- 4 - A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

#### **Artigo 20.º**

##### **Assinatura eletrónica**

- 1 - Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
- 2 - Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em [www.gns.gov.pt](http://www.gns.gov.pt)).
- 3 - Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante (certidão permanente onde conste os poderes para representar ou procuração).
- 4 - A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

### **Artigo 21.º**

#### **Apoio técnico referente à plataforma eletrónica**

- 1 - Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico <https://concursos.espap.pt/>.
- 2 - Encontra-se disponível, no endereço eletrónico referido no n.º 1, um manual de utilização da plataforma destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

### **Artigo 22.º**

#### **Agrupamentos**

Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade de agrupamento complementar de empresas (ACE), nos termos constantes do Caderno de Encargos nos termos constantes do Caderno de Encargos.

### **Artigo 23.º**

#### **Contagem dos prazos na fase de formação do acordo quadro**

- 1 - À contagem de prazos na fase de formação do acordo quadro é aplicável o disposto no artigo 470.º do CCP.
- 2 - Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.
- 3 - O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte, salvo no que diz respeito ao prazo de apresentação de propostas previsto no número anterior.

#### **Anexos:**

Anexo I – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo II – Dados de informação geral do candidato e os lotes a que concorre a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo III – Proposta de preço a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 8.º.

Anexo IV – Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º.

## ANEXO I

### Modelo de declaração

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) ...

b) ...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);



- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
  - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
  - ii. Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
  - iii. Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv. Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento, que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO IV

### Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º]

1 — ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (19) ...[firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (20):

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (21) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (22)] (23);
- c) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho (25);
- e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal [ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal] (26);
- f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (27)] os documentos comprovativos de que a sua representada (28) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos

## Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal

[Local], [data] [Assinatura (29)]

(19) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(20) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(21) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(22) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.

(23) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.

(24) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(25) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.

(26) Declarar consoante a situação.

(27) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(28) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(29) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º